



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO
BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
ELABORAÇÃO DE UM PARECER DE AUDITORIA E DE
UM LAUDO PERICIAL
<BOMBRIL>

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2020

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO OCTÁVIO
BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
ELABORAÇÃO DE UM PARECER DE AUDITORIA E DE
UM LAUDO PERICIAL
<BOMBRIL>

Módulo de Auditoria e Perícia Contábil

Avaliação de Empresas

Práticas de Auditoria e Perícia

Auditoria Contábil

Perícia e Arbitragem Contábil

Gestão da Tecnologia de Informação

ESTUDANTES:

ANGÉLICA L. HERNANDES, RA 19001546

VANESSA C. QUINTEIRO, RA 18002080

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. PROJETO INTEGRADO	6
2.1 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS	8
2.1.1 MÉTODO DE AVALIAÇÃO	9
2.1.2 FLUXO DE CAIXA DESCONTADO (FCD)	10
2.1.3 AVALIAÇÃO RELATIVA OU POR MÚLTIPLOS	11
2.1.4 MÉTODOS PATRIMONIAIS	11
2.1.5 MÉTODO DE OPÇÕES REAIS	11
2.1.6 ANÁLISE DOS DADOS	12
2.1.7 CUSTO DE CAPITAL, CAPITAL PRÓPRIO E CAPITAL DE TERCEIRO	13
2.1.8 VANTAGENS DO CAPITAL DE TERCEIROS	14
2.1.9 DESVANTAGENS DO CAPITAL DE TERCEIROS	14
2.1.10 VANTAGENS DO CAPITAL PRÓPRIO	15
2.1.11 DESVANTAGENS DO CAPITAL PRÓPRIO	15
2.1.12 CUSTO MÉDIO PONDERADO DO CAPITAL (WACC)	16
2.1.13 CAPITAL PRÓPRIO OU CAPITAL DE TERCEIROS	16
2.2 PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA	17
2.3 AUDITORIA CONTÁBIL	20
2.3.1 CONTROLE INTERNO	21
2.3.2 IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO	21
2.3.3 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	22
2.3.4 CONTROLE INTERNO E FRAUDE	23
2.3.5 PARECER DE AUDITORIA	23
2.4 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	27
SUMÁRIO	34
1. INTRODUÇÃO	34
2. OBJETO E FINALIDADE DA PERÍCIA	34
3. METODOLOGIA DE TRABALHO	34
4. DILIGÊNCIAS REALIZADAS	34
5. QUESITOS FORMULADOS E RESPOSTAS DA PERÍCIA	34
5.1 – INTRODUÇÃO	34
5.2 – QUESITOS E RESPOSTAS	34
6. CONCLUSÕES	34
6.1 – CONCLUSÕES SOBRE ALEGAÇÕES E PEDIDOS	34
7. TERMO DE ENCERRAMENTO	34

1- INTRODUÇÃO	35
2. OBJETO E FINALIDADE DA PERÍCIA	35
3. METODOLOGIA DE TRABALHO	35
3. CONCLUSÃO	41
4. REFERÊNCIAS	43

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do Projeto Integrado é desenvolver em nós as competências estudadas ao longo do curso de modo que já vamos tendo uma base de como iremos usar o que foi aprendido na prática.

O nosso projeto integrado possui como objetivos:

- A compreensão da dinâmica das atividades profissionais, por meio do entendimento dos processos;
- A identificação com clareza da relação existente entre as disciplinas cursadas, além de promover cada vez mais a interação dos conteúdos apresentados;
- Fundamentos e aspectos metodológicos iniciais para realização de trabalhos profissionais, estimulando o espírito cooperativo e sensibilizando-nos para a importância do trabalho em equipe, gerando resultados para o crescimento de todos nós.

Através desses objetivos, que decidimos escolher a empresa Bombril para este Projeto, pois ela valoriza seus colaboradores como peça essencial ao crescimento e desenvolvimento da empresa tratando todos com dignidade e respeito. É uma empresa comprometida com a qualidade e transparência, a fim de oferecer informações claras e precisas aos acionistas, onde a empresa divulga periodicamente demonstrações financeiras, fatos relevantes e atas de reunião para conhecimento público, além de manter canais para prestar contas aos seus stakeholders por meio da área de Relacionamento com Investidores.

Serão abordadas as seguintes unidades de estudo neste Projeto Integrado:

- **Avaliação de Empresas-** É a atividade de calcular o valor econômico de uma empresa. Usualmente ela é feita por profissionais preparados. Eles utilizam uma ou mais metodologias, próprias ou conhecidas pelo mercado. Uma avaliação tecnicamente bem feita é essencial para viabilizar a transação da mesma entre os interessados. E também perante a justiça quando fizer parte de uma ação judicial;
- **Práticas de Auditoria e Perícia-** Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas, abrangendo testes de observância e testes substantivos. Já o planejamento da perícia é a etapa do trabalho

pericial na qual o Perito-Contador ou o Perito-Contador Assistente estabelecem os procedimentos gerais dos exames a serem executados no processo judicial, extrajudicial ou arbitral para o qual foi nomeado, indicado ou contratado pelas partes, elaborando-o a partir do exame do objeto da perícia;

- **Auditoria Contábil-** Compreende o exame de documentos, livros contábeis, registros, além de realização de inspeções e obtenção de informações de fontes internas e externas, tudo relacionado com o controle do patrimônio da entidade auditada. A auditoria têm por objetivo averiguar os registros contábeis e as demonstrações contábeis no que se refere aos eventos que alteram o patrimônio e a representação desse patrimônio. Para alcançar o objetivo acima, o auditor necessita planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão analítica das conta do ativo, passivo, despesas e receita, a fim para que possa ter uma segurança razoável (segurança razoável na auditoria e uma segurança) que naquelas demonstrações não existam distorções materiais, e colher as evidências comprobatórias das informações contábeis espalhadas nas demonstrações para, a partir da avaliação das mesmas emitir relatórios de auditorias;
- **Perícia e Arbitragem Contábil-** A Lei nº 9.307 (BRASIL, 1996), alterada pela Lei nº 13.129/15, estabelece todas as normas relativas à arbitragem. Ela especifica que as pessoas podem se utilizar dessa ferramenta para acabar com problemas de ordem legal ligados a direitos patrimoniais disponíveis. Isso inclui órgãos tanto da administração direta quanto da administração indireta das três esferas governamentais;
- **Gestão da Tecnologia da Informação-** Gestão da Tecnologia da Informação ou simplesmente Gestão de TI é o conjunto de atividades, projetos e metodologias criadas com recursos de computação ou não com a finalidade de alinhar a TI ou Tecnologia da Informação às estratégias do negócio;

2. PROJETO INTEGRADO

A empresa Bombril S/A. (“Bombril”), é uma companhia de capital aberto com valores mobiliários (BOBR4) negociados na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). Com presença em todo País, há 70 anos é reconhecida pela qualidade de seus produtos, o que lhe assegura posições de liderança em categorias-chave da indústria brasileira de higiene e limpeza.

Listada no segmento tradicional da Bovespa, a companhia busca aprimorar seu modelo de governança, permitindo a participação de acionistas minoritários na ponderação sobre os resultados.

Não encontramos empresa melhor para ser abordada neste Projeto Integrado, pois a empresa Bombril trata de todos os tópicos estudados nesta unidade de estudo com muita clareza e objetividade.

Segue abaixo os assuntos abordados e uma prévia explicação de cada item:

- **Avaliação de Empresas-** Conhecer o valor de uma empresa e o que determina tal valor são formas inteligentes de tomar decisões sobre investimentos. No momento de negociação, saber como calcular o valor de uma empresa torna-se um diferencial. Para realizar a avaliação de empresas há vários métodos e modelos diferentes, que variam de acordo com o propósito da análise. Existem os que mostram como avaliar uma empresa para venda ou compra, como avaliar uma empresa pelo faturamento, como avaliar uma empresa de serviços, entre outros. Além disso, há profissionais dedicados especificamente à análise de instituições e à compatibilização dos modelos à realidade de cada organização;
- **Práticas de Auditoria e Perícia-** Uma auditoria é uma revisão das demonstrações financeiras, sistema financeiro, registros, transações e operações de uma entidade ou de um projeto, efetuada por contadores, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações financeiras e outros relatórios da administração. Perícia- Meio de prova consistente no parecer técnico de pessoa habilitada. A perícia se realiza para o processo, ou seja, para os sujeitos principais deste, que requerem, para melhor solução da questão, que o perito não apresente nem decida, mas simplesmente contribui para o julgamento.

Assim, a perícia é uma possibilidade no processo, dependendo da iniciativa das partes ou do juiz. Na Empresa Bombril os procedimentos de auditoria incluem por exemplo: Obtenção de confirmação (circularização) junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas para todos os processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, bem como a respectiva avaliação dos valores envolvidos e probabilidade de perda ou êxito indicada pelos seus assessores jurídicos e a Administração entre outros;

- **Auditoria Contábil-** A auditoria contábil é um conjunto de atividades técnicas e procedimentos, exercidas de forma sistematizada numa entidade, compreendendo a avaliação e exame dos procedimentos e das operações praticadas, com vistas a apurar a exatidão dos registros contábeis e a realidade das operações, e sobre estes emitir uma opinião. De acordo com a Empresa Bombril, os objetivos da Auditoria são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis;
- **Perícia e Arbitragem Contábil-** Arbitragem Contábil especifica que as pessoas podem se utilizar dessa ferramenta para acabar com problemas de ordem legal ligados a direitos patrimoniais disponíveis. Deve voltar a sua atenção aos saldos e valores apresentados nas demonstrações contábeis da empresa auditada, e o que esses valores representam no patrimônio empresarial; Isso inclui órgãos tanto da administração direta quanto da administração indireta das três esferas governamentais;
- **Gestão de Tecnologia de Informação-** As organizações se caracterizam por basearem suas ações no fluxo intenso de informações e em pessoas qualificadas

para a tomada de decisões. Portanto, as Tecnologias da Informação e Comunicação assumem um importantíssimo papel no auxílio aos processos de gestão, coletando, armazenando e relacionando dados e os transformando em informações de forma veloz e significativa para os negócios das organizações. A empresa Bombril como muitas outras utilizam a tecnologia a seu favor, utilizando-a para seu crescimento.

2.1 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS

O processo de avaliação de empresas, nos últimos anos, tem ganhado uma importância bastante considerável, com o aumento dos processos de fusão, cisão, incorporação, compra e venda, entre outras situações. Tem-se discutido muito sobre os métodos disponíveis para realização da avaliação das organizações. Levando-se em conta que cada uma possui as suas limitações e peculiaridades, não se pode afirmar qual dos métodos é o mais eficiente. Isso vai depender do tipo de empresa que será analisada.

Fazer a avaliação de uma empresa deixa de ser algo simples e passa a ser algo muito complexo, por inúmeros fatores, como por exemplo: os diversos ativos tangíveis e intangíveis e no passivo os diversos tipos de obrigações. Nessas situações, ter o conhecimento das ferramentas a serem utilizadas que, neste caso, são os métodos de avaliação de empresas, torna-se fundamental para o avaliador.

Uma avaliação bem sucedida deve representar de forma clara e objetiva o potencial, a qualidade e a perspectiva de crescimento que a empresa tem, demonstrando todos os fatores envolvidos na mensuração do valor. É bom lembrar que a qualidade da avaliação também está ligada proporcionalmente à qualidade das informações e dos dados adquiridos. Uma avaliação mal sucedida pode levar a sérias consequências, tais como expectativas irreais e incorretas.

Portanto, ao fazer a avaliação de uma empresa, deve-se buscar um valor “justo”, para que a mesma não seja prejudicada futuramente, fazendo esse valor parecer o que ele realmente é. Sabendo que os usuários dessas informações poderão ser os mais variáveis possíveis, o avaliador deve preocupar-se em atender às mais diversas exigências de cada um dos interessados. Além disso, uma decisão baseada nos dados informados pelo avaliador precipitadamente pode causar danos desagradáveis para a empresa que está sendo avaliada.

O processo de avaliação do valor de uma empresa pode parecer simples, mas não é, pois se tratando de avaliar a empresa como um todo, isso se torna complexo, pois não é somente o seu patrimônio líquido, estoques, ativos, passivos ou as informações que constam nos relatórios e demonstrativos contábeis que serão avaliados para definir um valor para ela, mas também se deve levar em consideração se a mesma possui credibilidade no mercado, marca, uma boa carteira de clientes e fornecedores, tempo de atuação no mercado em que ela está inserida, entre outros itens que, dependendo da área de atuação, podem ser relevantes no momento de fazer a avaliação.

É importante destacar em uma avaliação o laudo de avaliação, portanto, não chegará, necessariamente, ao valor exato do ativo que se avalia, mas a uma região de preços que seja coerente com a teoria das finanças. Para isso, algumas premissas e alguns pressupostos não podem ser deixadas de lado, como o potencial de retorno com base no lucro, o risco da projeção e a geração futura de caixa, bem como a metodologia e técnicas empregadas, o valor da empresa serve, principalmente, como balizador para a negociação entre compradores e vendedores. Ele afirma que a avaliação da empresa não estabelece o preço final de determinado bem. O propósito é o de estabelecer a faixa de negociação dentro da qual atuarão as forças de mercado.

2.1.1 MÉTODO DE AVALIAÇÃO

Acionistas atuais e potenciais estão interessados nos níveis corrente e futuro de risco e retorno da empresa que afetarão diretamente o preço das ações. Basta uma breve revisão na literatura para perceber que existem diversos modelos e métodos que são utilizados para a avaliação de empresas. Desses, podem ser citados o fluxo de caixa descontado, a avaliação relativa ou por múltiplos, modelos relacionados à geração de valor agregado, como EVA/MVA, e outros como o modelo de opções reais. A metodologia adotada representa pequena parte do processo de avaliação. É mais importante ter conhecimento apurado do ambiente econômico, da indústria e do negócio da empresa avaliada para que seja possível realizar projeções consistentes. Deve-se mencionar que em mercados eficientes, o valor de determinada empresa é igual ao seu preço. Entretanto, considerando-se a existência de ineficiências no mercado, o preço que é o montante que o vendedor e o comprador concordam em realizar a operação de

compra e venda, não necessariamente precisa coincidir com o valor da empresa, tal como determinado pelo método de avaliação.

A tomada de decisões estratégicas em empresas de capital aberto requer usualmente soluções de compromisso entre os proprietários, investidores e gestores, pelo fato de que tais elementos costumam ter conflitos de interesse. O interesse principal dos proprietários e investidores (shareholders) está na obtenção de taxas de retorno sobre seus investimentos que superam seu custo de oportunidade do capital, o que os orienta a tomar decisões que maximizem o lucro líquido da companhia, pois vislumbram que isso terá desdobramento na valorização das ações no mercado e na distribuição dos dividendos.

Existe um vasto número de métodos para avaliar empresas, que oscilam de acordo com o propósito da avaliação, as características da empresa avaliada e a disponibilidade e confiabilidade das informações disponíveis, não existe modelo de avaliação perfeito. Toda avaliação começa com a seguinte questão: como devemos estimar o valor? E termina com outra questão: como podemos estimar o valor mais corretamente? Isso implica não existir uma metodologia correta e sim a mais adequada e, principalmente, adequada à finalidade da avaliação. Ainda conforme os autores citados, os modelos nunca são corretos estão sempre sujeitos a revisões, mas cada modelo consegue incluir partes de outros modelos. Então a avaliação é uma acumulação de conhecimentos.

2.1.2 FLUXO DE CAIXA DESCONTADO (FCD)

O valor de uma empresa é determinado pelo fluxo de caixa projetado, descontado por uma taxa que reflita o risco associado ao investimento. O valor da empresa é determinado pelos seguintes elementos relevantes: estimativa do fluxo de caixa, determinação da taxa de desconto e estimativa do valor residual. o método do fluxo de caixa descontado é tido como aquele que melhor revela a efetiva capacidade de geração de riqueza de determinado empreendimento. Na avaliação pelo Fluxo de Caixa Descontado (em inglês, Discounted Cash Flow – DCF), o valor de um ativo é o valor presente dos fluxos de caixa previstos desse ativo, descontado a uma taxa que reflita o grau de risco desses fluxos de caixa. Essa abordagem é a mais comum nas salas de aula e apresenta-se com as melhores referências teóricas.

2.1.3 AVALIAÇÃO RELATIVA OU POR MÚLTIPLOS

A avaliação de empresas por meio dos múltiplos de mercado baseia-se na teoria econômica de que ativos similares devem ser negociados a preços similares. Para alguns autores, trata-se de um dos mais simples métodos de avaliação de empresas, mas que traz o maior número de erros, quando se utiliza o mecanismo de múltiplos, desconhece-se sobre o que determina o preço das ações. Isto significa que não há teoria para guiar sobre qual a melhor escala para determinação do valor da empresa, implicando a utilização de diversos múltiplos para avaliação da empresa.

A base do método é a de que o valor do ativo sendo avaliado é igual ao preço da venda de seu comparável. Diferenças de valor entre os ativos decorrem de alguma característica comparável que possa fornecer um parâmetro de proporcionalidade, como porte do ativo ou grau de produtividade.

2.1.4 MÉTODOS PATRIMONIAIS

A avaliação de empresas que utilizam as métricas contábeis e patrimoniais, pressupõem que o valor de uma empresa pode ser determinado pela simples averiguação do valor do patrimônio líquido reavaliado ou dos valores de mercado dos ativos, em condições de liquidação ou não. Dependendo da situação da empresa, de seus ativos e do grau de controle da empresa vendedora sobre o processo de alienação. Estes métodos pressupõem que o custo de aquisição dos ativos de uma empresa é a base para a determinação do valor dos negócios.

O modelo de avaliação patrimonial contábil está baseado na soma algébrica dos ativos e passivos exigíveis mensurados em conformidade com os princípios contábeis tradicionais. Sua equação seria: Valor da empresa = Ativos contábeis – Passivos exigíveis contábeis = Patrimônio Líquido.

2.1.5 MÉTODO DE OPÇÕES REAIS

O modelo de opções reais, é uma teoria de precificação que tem larga aplicabilidade em avaliação, especialmente em contextos em que a avaliação tradicional pelo método do FCD e por múltiplos não conseguem captar o valor da flexibilidade. Entretanto, devido à complexidade dos cálculos e dificuldade de se encontrar opções reais no

mundo real, a avaliação de empresas por esta metodologia é a menos utilizada e a menos conhecida no mercado financeiro.

2.1.6 ANÁLISE DOS DADOS

No Brasil, existem exigências legais quanto à elaboração dos Laudos de avaliação, como é caso do normativo trazido pela Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 que dispõe sobre o procedimento aplicável às Ofertas Públicas de Aquisição de ações (OPA) de companhia aberta, o registro das ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta, por aumento de participação de acionista controlador, por alienação de controle de companhia aberta, para aquisição de controle de companhia aberta quando envolver permuta por valores mobiliários, e de permuta por valores mobiliários. Em seu Artigo 8º, a Instrução prevê que, sempre que se tratar de OPA formulada pela própria companhia, pelo acionista controlador ou por pessoa a ele vinculada, ou ainda por administrador ou pessoa a ele vinculada, será elaborado laudo de avaliação da companhia objeto, exceto no caso de OPA por alienação de controle.

- Abordagem de mercado que visa a avaliar uma empresa pela soma de todas as suas ações a preços de mercado. Como o preço de uma ação é definido pelo valor presente do fluxo de dividendos futuros e de um preço de venda ao final do período, a uma taxa de retorno exigida, em um Mercado Financeiro Ideal, esta abordagem indicaria o valor correto da empresa para os investidores.
- Abordagem contábil que utiliza o valor do patrimônio líquido contábil por ação obtido a partir do exame da documentação de suporte prevista na legislação obedecendo às disposições legais regulamentares, normativas e estatutárias que regem a matéria, dentro de “Princípios e Convenções de Contabilidade Geralmente Aceitos”.
- Abordagem econômica que define a rentabilidade da empresa como sendo o seu valor operacional, equivalente ao valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Este fluxo é composto pelo lucro líquido após impostos, acrescidos dos itens não caixa (amortizações e depreciações) e deduzidos investimentos em ativos operacionais (capital de giro, plantas, capacidade instalada, etc.).

Nesta análise outro ponto que merece destaque é que, segundo a Instrução CVM, não basta escolher um critério, mas deve ser feita a indicação do critério de avaliação, dentre os constantes do laudo, que for considerado pelo avaliador como o mais adequado na definição do preço justo; se for o caso, e as razões pelas quais tal critério foi escolhido. Esse último com redação dada pela Instrução CVM nº 487, de 25 de novembro de 2010.

Existem algumas maneiras de avaliar o negócio, uma delas é como também já vimos, é por meio do fluxo de caixa (lembrando que através dele é possível fazer uma projeção de todas as entradas e saídas dos recursos para um período projetado), através do Custo de Capital, Capital Próprio ou Capital de Terceiros, Escolher corretamente a estrutura de capital faz toda a diferença (qual capital utilizar? Qual a porcentagem que cada um terá no meu negócio?). Uma escolha errada pode significar aumento desnecessário de custos ou perda de atratividade da empresa. Ambas as situações, claro, são opções indesejáveis para qualquer empresário e serão prejudiciais aos negócios. No mesmo Uma empresa que cresce com os próprios lucros demora mais a crescer: é preciso esperar os meses passarem, gerar lucro, expandir, esperar novamente e expandir mais um pouquinho. Neste caso, o capital adicional pode funcionar como uma alavanca e acelerar o processo de crescimento do negócio. Além do capital para crescer, é preciso capital também para começar a empresa, como por exemplo: para criar o estoque inicial, comprar equipamentos mínimos e pagar despesas fixas (salários, água, luz, etc). O empreendedor também precisa colocar na ponta do lápis os recursos que precisa ter para sobreviver por um período. Enfim, é preciso pensar na necessidade de capital de giro (NCG).

Seja então para iniciar um negócio ou expandi-lo, uma hora ou outra a busca por capital vai estar na pauta do empreendedor. Nesse momento é preciso analisar qual será raciocínio, o equilíbrio de capitais dará mais vigor e uma boa oxigenação à empresa.

2.1.7 CUSTO DE CAPITAL, CAPITAL PRÓPRIO E CAPITAL DE TERCEIRO

Estrategicamente a melhor opção para a empresa: capital de terceiros ou capital próprio.

- Custo de Capital de uma empresa é o retorno mínimo exigido pelos credores e acionistas (ou seja, os financiadores de recursos) para determinar a viabilidade de investimento no negócio;
- Capital Próprio tem a ver com o patrimônio líquido (PL), ou seja, como o nome sugere sua origem está na própria atividade econômica e pode ser avaliado pelos lucros, por exemplo. Em outras palavras: são os recursos que provém dos proprietários (ou de sócios e acionistas). A maioria das empresas, e isso inclui companhias renomadas como Google, Microsoft e Apple, começaram com capital próprio. Nesta modalidade, o fluxo de caixa é residual e é representado pelo pagamento de dividendos;
- Capital de Terceiros está relacionado com o passivo real ou passivo exigível (obrigações da empresa com terceiros) e representa, também como o nome implica, todos os investimentos feitos por meio de recursos de entidades externas. Um dos exemplos mais comuns nesse caso são os financiamentos e empréstimos, sejam de curto, médio ou longo prazo. O fluxo de caixa neste caso é contratual, representado pela obrigatoriedade do pagamento de encargos contratuais.

2.1.8 VANTAGENS DO CAPITAL DE TERCEIROS

- O controle da empresa é todo seu. Talvez essa seja a maior vantagem na opção por capital de terceiros. O credor, seja quem for, não tem o direito de se envolver no negócio, de gerenciá-lo;
- Previsibilidade. Ao fazer um empréstimo, você tem total conhecimento da quantia a ser paga, bem como de que maneira. Essas informações permitem um orçamento mais preciso. Especialmente para pequenas empresas, saber exatamente quanto será gasto mensalmente faz toda a diferença;
- Obrigações simples. A obrigação com terceiros é de quitar sua dívida. Feito isso, a relação entre sua empresa e o credor termina e não existem mais vínculos.

2.1.9 DESVANTAGENS DO CAPITAL DE TERCEIROS

- Pagar o empréstimo, mais os juros. Além de ter que devolver uma quantia maior do que a recebida, o valor deve ser devolvido independentemente do quão bem-sucedido o negócio está;

- Utilizar o dinheiro para pagar devedores. A frase aqui é: pegou, pagou. O empresário deve ter em mente que por um período X uma quantia Y será utilizada para pagar dívidas, ao invés de ser injetada no próprio negócio;
- Reputação de alto risco. Empresas com grandes dívidas são consideradas de alto risco por investidores potenciais. No futuro, caso sua empresa queira levantar algum capital, será mais difícil encontrar investidores.

2.1.10 VANTAGENS DO CAPITAL PRÓPRIO

- Capital Próprio não precisa ser devolvido. Isso significa que todo o dinheiro gerado pelo fluxo de caixa pode ser utilizado para fazer o negócio crescer;
- Mais dinheiro no caixa. Como não há dívidas a serem pagas, o dinheiro em caixa pode ser utilizado para fazer o negócio crescer;
- Menor risco de falência. Se o negócio está indo mal, os credores podem forçar a empresa a decretar falência. Ao contrário, os investidores poderão aguardar uma mudança de cenário, ou, até mesmo investir mais dinheiro;
- Relação ganha-ganha. Seus sócios investidores serão também seus parceiros. Como todos caminham com o mesmo objetivo de maximizar os resultados, os conhecimentos podem ser trocados e, por conseguinte, a empresa poderá beneficiar-se com novas visões de mercado e diferentes experiências. Um novo know-how estratégico ou novas formas de liderança podem ser um gatilho para mudanças ainda maiores e mais rentáveis no futuro.

2.1.11 DESVANTAGENS DO CAPITAL PRÓPRIO

- Perda de autonomia. Talvez essa seja uma das maiores desvantagens. Por ter um fluxo de caixa residual, os acionistas exercem controle na administração da empresa. Em tomadas de decisões, por exemplo, você sempre terá que consultá-los;
- Conflitos. Poderão existir diferenças de visões tanto em aspectos gerenciais quanto na própria visão do negócio;
- Distribuição dos lucros. Do ponto de vista do empreendedor, com o passar do tempo a distribuição dos lucros pode exceder o que ele gastaria pagando um empréstimo ou financiamento.

Lembrando que o custo de capital de terceiros deve, na teoria, ser menor que o custo do capital próprio.

2.1.12 CUSTO MÉDIO PONDERADO DO CAPITAL (WACC)

Custo médio ponderado também quer tratar de investimentos. Você quer investir na sua empresa. Como analisar a viabilidade do investimento. O Custo Médio Ponderado do Capital, o CMPC (ou WACC do inglês Weighted Average Capital Cost), pode servir como ajuda para esta etapa.

O CMPC é a média ponderada entre o custo de capital de terceiros e o custo de capital próprio, ou seja, a composição de recursos que estão à disposição da empresa, o resultado desse cálculo vai indicar o nível de atratividade mínima do investimento.

A soma dos ativos com os passivos formam a estrutura patrimonial - lembrando que ela pode ser composta de capitais próprios ou de terceiros. Tendo essas informações é necessário definir os pesos/valores percentuais de cada passivo.

Por exemplo: O custo do capital próprio da empresa X é de 12% e o custo de capital de terceiros é de 18%. Na estrutura de capital os pesos são, respectivamente 70% e 30. Fazendo a média ponderada, temos o resultado do Custo Médio Ponderado de Capital:

$$\text{CMPC} = (12 \times 0,70) + (18 \times 0,30) = 13,8\%.$$

Isso significa que o retorno mínimo que a empresa X deve dar para ser atrativa aos investidores é de 13,8%.

O exemplo acima é simples e serve para ilustrar a importância de serem feitas todas as análises possíveis antes de iniciar novos investimentos, e as fórmulas anteriormente também serão úteis para análise.

2.1.13 CAPITAL PRÓPRIO OU CAPITAL DE TERCEIROS

FATORES DE DECISÃO

Para ampliar uma área da empresa, no mundo dos negócios, o portfólio de produtos ou a carteira de clientes. A empresa optará por Capital Próprio ou Capital de Terceiros é preciso decidir o que fazer e muitos fatores devem ser levados na hora da decisão. Estes fatores, claro, não são definitivos porque temos que lembrar que todo negócio caminha conforme o mercado e suas oscilações, bem como cada setor tem um tipo de reação, a estruturação do capital, vindo de recursos de terceiros ou não, deve ser bem elaborada a fim de maximizar os lucros da empresa (lembre-se: tudo gira em torno

do ROI). É por isso que muitos gestores financeiros dizem que é a estrutura de capital que vai determinar o sucesso do negócio.

Existem vantagens e desvantagens na escolha do capital a ser utilizado. alguns pontos do capital de terceiros.É importante ressaltar também que se você tiver confiança de que o negócio terá um lucro saudável, talvez um empréstimo funcione melhor do que precisar dividir os lucros mais para frente.

Uma outra questão a ser levada em consideração é o quanto a empresa quer crescer e em qual velocidade. Geralmente, empresas que utilizam de recursos de terceiros têm um crescimento mais acelerado do que as que fazem uso apenas de recursos próprios, mas isso não é regra.

Perda de autonomia, se você tem uma característica de ser mais independente, ou de não querer compartilhar de decisões, provavelmente um empréstimo seja melhor do que dar algum grau de controle a um acionista.Não podemos esquecer do Risco do Negócio: se o negócio é de alto risco, o endividamento deve ser baixo. Por fim, é sempre bom ter em mente que ambas as opções funcionam como engrenagens financeiras da empresa e, como tal, devem trabalhar sem paradas. Tanto o capital próprio quanto o capital de terceiros têm seus custos, prós e contras. O que vai determinar o sucesso da opção escolhida é a análise aprofundada e a boa administração desses capitais.

2.2 PRÁTICAS DE AUDITORIA E PERÍCIA

Denomina-se "apuração de haveres" o procedimento de avaliar o montante devido a sócio que se retira de uma sociedade limitada, ou seja a apuração de haveres consiste em um procedimento societário/contábil, pelo o qual avalia-se o patrimônio de uma sociedade (ativo e passivo), apurando-se o seu valor real e definindo-se, conseqüentemente, o valor da participação societária de cada sócio.Nesse tipo societário pode-se determinar no contrato social a forma de apuração de haveres, tanto na hipótese de dissolução parcial, em razão da saída de um ou mais sócios, quanto na de dissolução total, ocasião em que a sociedade é extinta.

Compete ao perito contábil proceder ao levantamento patrimonial, baseando-se nos dados contábeis existentes, e ajustando às contas à efetiva realidade patrimonial na data base determinada para o laudo de apuração de haveres.

Não basta apurar, diretamente, o valor do Patrimônio Líquido, pela equação: **Ativo – Passivo Exigível**. Mesmo porque, um balancete (ou balanço) pode estar com vários erros ou defasagens.

Dentro desta apuração, o perito precisa atentar para distorções que podem ocorrer na avaliação do Patrimônio Líquido contábil:

- Falta ou insuficiência de provisões (como a de férias ou pagamento de 13º salário);
- Não reconhecimento de contingências fiscais e trabalhistas, decorrentes de questionamentos judiciais;
- Avaliação incorreta dos estoques, ou mesmo ausência de avaliação;
- Incorreção ou ausência de cálculos de atualização de passivos (financiamentos, tributos em atraso, etc);
- Erro na apropriação de custos, despesas e receitas pelo regime de competência, entre outros;

A dissolução societária é o fenômeno pelo qual os sócios de uma empresa decidem deixar de fazer parte dela. Assim, ela poderá deixar de ter existência. Em regra, uma sociedade não tem prazo determinado de duração, contudo, há casos em que seus membros determinam um período para o seu funcionamento.

A dissolução pode ser parcial ou total. Na Dissolução Parcial, o contrato social é desfeito de maneira voluntária ou não e sai um ou mais sócios do quadro da empresa. Contudo, as atividades permanecem e a personalidade jurídica da sociedade continua existindo, mesmo após a saída de um ou mais sócios. Já na dissolução total, a sociedade tem fim, bem como as suas atividades. Assim, a personalidade jurídica é mantida apenas para a feitura do processo de liquidação, ou seja, os ativos e as dívidas são contabilizados e os passivos são pagos aos credores. Se sobrar saldo, ele será partilhado entre os sócios.

A dissolução societária parcial é aplicada a sociedades do tipo limitada. Da mesma forma, pode ser aplicada a sociedades anônimas de capital fechado e a sociedades em comum e em conta de participação. Por outro lado, a dissolução total se aplica a todos os tipos e formas de sociedade. As causas que levam à dissolução parcial da sociedade ocorrem:

- Por morte (art. 1.028);
- Retirada ou recesso (art. 1.029);

- Exclusão ou expulsão do sócio (art. 1.085 e 1.030).
- As situações que determinam a dissolução total da sociedade são:
- Declaração de falência ou insolvência civil do não empresário;
- Vencimento do prazo de duração;
- Dissolução extrajudicial;
- Pela falta posterior de, no mínimo, outro sócio;
- Extinção de autorização para funcionar;
- Causas previstas no contrato social;
- Anulação da sociedade;
- Realização, o desaparecimento ou falta de condições de executar o fim social;
- Dissolução judicial por causa justa;
- Sociedade está inativa;

A perícia contábil tem um papel fundamental para a correta e justa apuração de valores de uma dissolução de sociedade. Em casos de dissolução societária, tem como principal objetivo a avaliação da entidade, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, apresentando ao final do trabalho o valor correto, atualizado e corrigido do capital social que será objeto de avaliação na mensuração das quotas ou ações da sociedade.

O perito contador contribui aos interessados e as partes, suprindo a falta de conhecimento técnico e a imparcialidade das partes interessadas na dissolução da sociedade. Realizar uma mensuração de valor de uma participação societária em relação a um ou mais sócios ou acionistas é um trabalho complexo, que exige diversas decisões e julgamentos técnicos. Para a execução dessa tarefa, é necessário possuir conhecimento técnico e científico avançado e bem apurado, motivo pelo qual apenas peritos bem preparados possuem capacidade para realizar.

O papel do perito contador é apresentar, por meio de metodologia científica aplicada, o valor mais próximo e correto do verdadeiro capital social, ajudando na dissolução justa da sociedade e apuração correta dos deveres e haveres de cada sócio. O especialista possui a missão de se tornar um bom tradutor das informações financeiras e contábeis da sociedade e apresentá-las de forma clara para as partes, ajudando-as no processo de avaliação da sociedade e da correta mensuração do capital social.

2.3 AUDITORIA CONTÁBIL

A auditoria contábil é um processo sistemático que avalia os processos e atividades de uma empresa, a empresa Bombril para garantir que normas e diretrizes estão sendo seguidas e identificar áreas que podem ser otimizadas. Parte importante no cotidiano de várias corporações principalmente na atualidade, a auditoria contábil deve ser um processo transparente, a fim de demonstrar para colaboradores, e para a sociedade em alguns casos, a idoneidade dos procedimentos contábeis, financeiros e operacionais.

O objetivo principal da auditoria contábil é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por partes dos usuários, ou seja, o auditor deve descrever o processo pelo qual se certifica da veracidade das demonstrações contábeis apresentadas pela empresa auditada. Esse aumento de confiança é baseado na opinião do auditor sobre essas demonstrações. Normalmente essa opinião expressa se as demonstrações estão apresentadas em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Para emitir sua opinião, o auditor deve ter segurança razoável de que as demonstrações contábeis não possuem distorções relevantes, seja por fraude ou erro (asseguração razoável representa um nível elevado de segurança, e não um nível absoluto de certeza). O auditor deve aplicar o conceito de relevância e a aceitação de certo grau de risco, para maximizar a eficiência e melhorar a qualidade do trabalho.

As demonstrações contábeis devem ser apresentadas de modo que expressem com clareza a real situação da empresa em termos de seus direitos, obrigações e resultados das operações realizadas no período examinado pelos auditores.

O exame de auditoria deve ser efetuado de acordo com as normas de auditoria - normas de auditorias independente das demonstrações contábeis (NBC TA), normas profissionais de auditor independente (NBC PA) e orientações sobre educação e formação técnica e profissional do auditor - inclusive quanto ao planejamento do trabalho, a constatação dos registros dos eventos contábeis e as avaliações das práticas e estimativas adotadas pela empresa, esse exame deve ser realizado por pessoas com capacidade técnica, competência e independência ético-profissional. Deve haver planejamento e supervisão sobre os exames, incluindo estudo e avaliação de controle

interno e elementos comprobatórios suficiente e adequados que permitem a formulação da opinião do auditor.

2.3.1 CONTROLE INTERNO

Segundo o comitê de Procedimentos de Auditoria do Instrumento Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, Estados Unidos :

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto de coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

A NBC TA 315 - Identificação e Avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e seu ambiente definem Controle Interno como: O processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer segurança razoável quanto a realização dos objetivos da entidades no que se refere a contabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis

2.3.2 IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO

Toda empresa precisa dispor de controles que garantam a continuidade do fluxo de operações e informações proposto. A confiabilidade dos resultados gerados através deste fluxo permite aos empresários tomarem decisões de acordo com o objetivo da empresa, portanto, o controle assume vital importância. como é possível tomar decisões adequadas utilizando-se de informações que correm o risco de não serem confiáveis .

O controle auxilia em analisar e controlar todos segmentos, como pontualidade os funcionário, fabricação, padrão de qualidade dos produtos, clientes, compras, contas a pagar, contas a receber, recebimentos, caixa , banco, etc. Quanto maior a organização, maior e mais complexa se torna a organização estrutural, pois grandes partes das atividades que inicialmente poderiam ser controladas por apenas uma pessoa, geralmente o dono, vão sendo delegadas a outros funcionários, dos quais devem haver compromisso e capacitação. Um adequado sistema de controle interno limita aos funcionários práticas de atos que possuem tirar benefícios próprios e causarem prejuízos a entidade, por erros

intencionais ou dolosos. o controle interno previne que funcionários possam cair em tentação dado possíveis problemas pessoais ou financeiros e incorrer atos lícitos .

O controle interno é parte integrante de cada segmento da organização e cada procedimento corresponde a uma parte do conjunto de controle interno. Por exemplo, se o departamento de vendas tira um pedido, devem existir procedimento que permitam determinar se o cliente poderá quitar seus compromissos junto a companhia. Por sua vez, o setor de expedição terá de saber se a venda foi realizada para proceder ao seu despacho e solicitar a emissão da documentação comprobatória, que compulsoriamente terá de ser contabilizada, e assim por diante, procedimentos de controle interno evitam erros involuntários e desperdícios.

2.3.3 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custos padrões, relatórios operacionais periódicos, analisar estatísticas, programas de treinamento do pessoal, e inclusive, auditoria interna. Pode também por conveniência abranger atividade em outros campos, como, por exemplo, estudo de tempos e movimentos e controle de qualidade

Em sentido amplo, o controle interno inclui, portanto, controles que podem ser peculiares tanto à contabilidade como administração, como segue:

- **CONTROLES CONTÁBEIS:** Compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos diretamente relacionados, principalmente a salvaguarda do patrimônio e a fidedignidade dos registros contábeis. Geralmente incluem os segmentos controles: sistema de conferência, aprovação e autorização; Segregação de funções; Controle físico sobre ativos; Auditoria Interna ;
- **CONTROLES ADMINISTRATIVOS :** Compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que dizem respeito à eficiência operacional e à decisão política traçada pela administração da empresa Bombril. Normalmente, se relacionam de forma indireta aos registros financeiros. com frequência abrangem análise de lucratividade por linha de produtos; controle de qualidade; treinamento de pessoal; estudo para aumento de eficiência produtiva;

2.3.4 CONTROLE INTERNO E FRAUDE

Um bom sistema de controle interno previne contra possíveis fraudes e minimizam os riscos de erro e irregularidades, porém mesmo com todo cuidado e segregação de funções confiadas a diversas pessoas, fraudes ainda podem ocorrer quando de comum acordo entre todas as pessoas envolvidas no processo. Para isso, há outros elementos do sistema que podem, em alguns casos, atuar como controles independentes.

A Eficiência do controle interno deve permitir não somente detecção de fraudes, como também detecção de erros não intencionais como de omissão por não aplicar um procedimento prescrito nas normas em vigor. Entretanto, a fraude pode assumir várias modalidades, como as não acobertar, na qual o autor não considera necessário esconder, por considerar o controle interno muito fraco; encobertas temporariamente, que são realizadas sem afetar os registros contábeis; e encobertas permanentemente, em que os autores preocupam-se em alterar as informações contidas nos registros e outros arquivos, para assim ocultar a irregularidade .

2.3.5 PARECER DE AUDITORIA

De acordo com a resolução CFC nº 1.231/09, o parecer do auditor, em condições normais, contém quatro parágrafos:

- **Primeiro parágrafo:** identifica as demonstrações contábeis, determina e referência o propósito de trabalho e a forma pela qual elas foram elaboradas;
- **Segundo parágrafo:** determina a responsabilidade assumida pela administração da empresa e a metodologia e forma com a qual elas foram elaboradas;
- **Terceiro parágrafo:** determina a responsabilidade; a abrangência do trabalho de audiência e a forma pela qual o trabalho foi direcionado e evidenciado;
- **Quarto parágrafo:** determina a opinião do autor sobre o trabalho realizado.
- ★ **OBS:** No caso do relatório cobrir outros aspectos legais e regulatórios, seria necessário um subtítulo para especificar que essa primeira parte do relatório refere-se às demonstrações contábeis e após a opinião sobre elas eventuais parágrafos de ênfase e de outros assuntos, seria incluso outro subtítulo.

Embora a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação de Demonstrações Contábeis utilizada no Brasil determine a apresentação de demonstrações contábeis de forma comparativa e a Lei das Sociedades Anônimas fale em apresentação dos valores correspondentes do exercício anterior, não existe nenhuma determinação legal que estabeleça que o relatório do auditor independente deve incluir também opinião sobre o ano anterior, portanto, esta e as demais normas de auditoria que tratam da emissão de relatório adotam integralmente o modelo internacional em que o relatório cobre somente o ano corrente.

No caso em que incluir demonstrações consolidadas ou outras demonstrações consolidadas ou outras demonstrações, como a Demonstração do Valor Adicionado, este parágrafo e o da opinião devem ser adaptados. Adaptar no caso de auditoria pessoa física ou firma individual.

Nas circunstância em que o auditor também tem responsabilidade de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, a redação desta sentença seria como segue: “Nessa avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias:

1ºParágrafo: É denominado de parágrafo de introdução, em que o auditor identifica o objetivo do trabalho, nos caso as demonstrações contábeis em exame. O auditor assume a responsabilidade de opinar sobre a representatividade e adequação das demonstrações dadas a exame e, caso não concorde com as normas as mesmas, deve deixar o total transparência deste fato em sua opinião. Recomendação de acordo com a Resolução CFC nº 1.231/09;

O parágrafo introdutório do relatório do auditor independente deve:

- identificar a entidade cujas demonstrações contábeis foram auditadas;
- afirmar que as demonstrações contábeis foram auditadas;
- identificar o título de cada demonstrações que compõem as demonstrações contábeis ;
- fazer referência ao resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas; e especificar a data ou o período de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis.

2ºParágrafo: Neste parágrafo o auditor deve dizer que as demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da empresa, a quem cabe zelar pelas adequadas e oportunas informações que elas expressam. Recomendação de acordo com a Resolução CFC nº 1.231/09.

Essa seção de relatório do auditor independente descreve a responsabilidade dos responsáveis na organização pela elaboração das demonstrações contábeis. Relatório do auditor independente não precisa referir-se especificamente à “administração”, mas deve usar o termo que é apropriado no contexto da estrutura legal.

O relatório do auditor independente deve incluir uma seção com título “Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis”, ou seja deve descrever a responsabilidade da administração pela elaboração das demonstrações contábeis. A descrição deve incluir uma explicação de que a administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável e pelos controles internos que a administração determinar serem necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis que não apresentem distorção relevante, independente se causadas por fraude ou erro .

Quando as demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com uma estrutura de apresentação adequada, como é o caso das demonstrações contábeis para fins gerais requeridas pela Estrutura Comercial para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovada pelo CFC, a explicação da responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis no relatório do auditor independente deve referir-se a “elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis” ou “elaboração de demonstrações contábeis que apresentam uma visão verdadeira e justa” conforme apropriado nas circunstâncias.

3ºParágrafo: É determinado de parágrafo de extensão do trabalho do auditor referenciado principalmente pela obediência às normas de auditoria, codificadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e pelas Resoluções do Conselho Federal de contabilidade.Recomendação de acordo com a Resolução CFC nº 1.231/09

O relatório do auditor independente deve incluir uma seção com o título “Responsabilidade do auditor”, ou seja, deve especificar que a responsabilidade do auditor é expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base na auditoria.O relatório deve especificar que a auditoria foi conduzida em conformidade

com as normas de auditoria indicando sempre a nacionalidade das mesmas. Como no Brasil as normas de auditoria estão sendo integralmente convergidas com as normas internacionais de auditorias emitidas pela Federação Internacional de Contadores, a referência deve ser as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

O relatório do auditor independente deve descrever a auditoria especificando que:

- a auditoria envolve a execução de procedimentos para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas demonstrações contábeis;
- os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevante para elaboração das demonstrações contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditorias que são apropriados nas circunstância, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. nas circunstâncias em que o auditor também tem a responsabilidade de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos juntamente com a auditoria sobre o controle interno não tem a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos ; e a auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feita pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Quando as demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com uma estrutura de apresentação adequada, à descrição da auditoria no relatório do auditor independente deve referir-se a “elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis pela entidade” ou ‘elaboração de demonstrações contábeis pela entidade que apresentam uma visão correta e adequada” conforme apropriado nas circunstância.

O relatório do auditor independente deve especificar se o auditor acredita que a evidência de auditar obtida pelo auditor é suficiente e apropriada para fundamentar a sua opinião.

- **4º parágrafo:** É determinado de parágrafo da opinião do auditor quando às demonstrações contábeis examinadas e descritas no primeiro parágrafo do parecer. O julgamento do auditor é traduzido pelo uso da expressão “em nossa opinião”, que representa a síntese de uma extensa série de trabalhos realizados em busca da

confirmação dos dados declarados em demonstrações contábeis. Recomendações de acordo com a Resolução CFC nº 1.231/09.

O relatório do auditor independentemente deve incluir uma seção com título “Opinião”.Ao expressar uma opinião não modificada sobre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a estrutura de apresentação adequada, a opinião do autor deve, utilizar uma das seguintes frases, que são consideradas equivalentes:

As demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todo os aspectos relevante,... de acordo com [a estrutura de relatório financeiro aplicável]; ou as demonstrações contábeis apresentam uma visão correta e adequada... de acordo com [a estrutura de relatório financeiro aplicável].

Se a estrutura de relatório financeiro aplicável indicada na opinião do auditor não se refere às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo conselho de normas Internacionais de Contabilidade ou às normas internacionais de contabilidade do setor público emitidas pelo conselho de Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, a opinião do auditor deve identificar a jurisdição de origem da estrutura, por exemplo, pratica contábeis adotadas no Brasil, cuja definição da NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.4 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinado a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, e ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente. A perícia contábil tem sua amplitude relacionada à causa que a deu origem. Assim, uma perícia que envolva questões tributárias levará em conta não somente a contabilidade em si, como também a legislação fiscal que rege a matéria relacionada aos exames.

A perícia contábil tem dois objetivos primordiais:

- Levantar elementos de prova (prova pericial corresponde a prova, seja na forma de laudo ou parecer, oriunda de uma perícia);
- Subsidiar a emissão de laudo ou parecer (Laudo é o documento, elaborado por um ou mais peritos, onde se apresentam conclusões do exame pericial);

Por intermédio da prova pericial, se obtêm percepções e se realizam apurações. O objetivo disso é apresentar e comprovar os fatos que interessam ao litígio, os motivos ou consequências desses acontecimentos, assim como a explicação dos mesmos.

Considerando as funções do perito quando se trata das provas periciais, o profissional deve verificar e constatar a veracidade de algum fato ou coisa. Ele precisa examinar de forma intensa, investigando para apresentar de fato o que ocorreu, ou seja, a real situação que envolve o conflito.

O perito tem o intuito de adquirir informações que possibilitem desenvolver o laudo pericial. Para obter a prova pericial que confirma o relato sobre o conflito entre as partes, é necessário realizar alguns procedimentos que contemplarão o objeto, como:

- **Exame:** corresponde a um critério de perícia direcionado para o exame de documentos fiscais e legais que confirmam acordos comerciais. Também envolve a afirmação da existência desses documentos, se houver apresentação de cópias nos autos do processo;
- **Vistoria:** é um exame pericial, porém se diferencia devido à sua origem e à sua finalidade. É um método usado para obter certeza com relação às situações relatadas pelas partes envolvidas;
- **Indagação:** é o método de coleta de dados usado pelo perito a fim de obter informação do sistema de controle interno e externo;
- **Investigação pericial:** é o processo que o perito realiza durante o exame de uma documentação. Ele precisa observar se existe a possibilidade de fraudes, desonestidade, desvio ou dolo;
- **Arbitramento:** é um processo que pode ser solicitado mediante uma ação, ou ser definido pelo juiz. É exigido se não ocorrer a apresentação de documentos e informações indispensáveis ao processo pela parte responsável;
- **Mensuração:** corresponde à ação de apurar, avaliar ou medir em quantidades físicas os bens, direitos e obrigações;

- **Avaliação:** é a ação de verificar e dar valor às coisas, como bens, direitos e obrigações;
- **Certificação:** está inserida no laudo pericial que é elaborado pelo perito. Certifica que este possui total capacidade, competência e experiência e, por esse motivo, é digno de fé pública;

O perito deve usar todos os meios necessários, a fim de obter informações relevantes, ou seja, isso inclui requisitar documentos que estiverem com as partes interessadas, escutar o depoimento de testemunhas, entre outros métodos. Pode também inserir fotos ou demais elementos no laudo pericial.

De acordo com a Lei nº13/105/15, (BRASIL,2015), são utilizados esses métodos para adquirir prova:

- **Depoimento pessoal:** Esse processo objetiva o interrogatório em audiência da referida instituição de julgamento, sem que ocorra prejuízo do poder do juiz de determinar o ofício;
- **Confissão judicial ou extrajudicial:** é possível analisá-la por meio do artigo 389. Observe (BRASIL, 2015): “Há confissão, judicial ou extrajudicial, quando a parte admite a verdade de fato contrário ao seu interesse e favorável ao adversário”;
- **Apresentação de documentação ou da coisa:** A solicitação elaborada pela parte contemplará, por exemplo, a finalidade da prova, apontando o que ocorreu e que esteja relacionado com o documento ou coisa, entre outros;
- **Prova documental:** Definem os tipos de documentos analisados;
- **Prova testemunhal:** A produção da prova testemunhal deverá contemplar, se possível, dados particulares de testemunhas, como nome, profissão, inscrição no Cadastro de Pessoa Física, entre outros;
- **Inspeção judicial:** os artigos 481 a 484 expõem que o juiz poderá, a qualquer momento do processo, investigar pessoas ou coisas. Ao fazer isso, ele visa a esclarecer o acontecimento relacionado ao conflito e que interessa à decisão do processo;

A prova pericial visa à constatação real dos fatos. É possível afirmar que a prova tem por objetivo apresentar a verdade ou não com relação a uma afirmativa que foi realizada. Assim, ela tem por finalidade convencer aquele que está julgando a certeza da existência do ocorrido, bem como a relevância deste. Os procedimentos usados para

apurar a prova pericial buscam fundamentar as considerações finais contidas no laudo pericial.

Laudo Pericial Contábil, é uma peça escrita, na qual o perito-contador deve visualizar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam a demanda. Ele deve ser efetuado em matéria contábil, somente será executado por contador habilitado e devidamente registrado em conselho regional de contabilidade.

O laudo pericial contábil, é considerado a partir de duas perspectivas:

- É a materialização do serviço pericial exercido pelo perito;
- Representa a própria prova pericial;

O laudo pericial corresponde ao julgamento ou pronunciamento. Ele é fundamentado nos conhecimentos que o profissional de contabilidade possui diante os fatos que estão sujeitos à sua apreciação.

De acordo com o artigo 473 da Lei nº 13.105/15 (BRASIL, 2015), o seguinte conteúdo deve constar no laudo pericial:

Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

- I – a exposição do objeto da perícia;
- II – a análise técnica ou científica realizada pelo perito; Laudo pericial: noções gerais 95;
- III – a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;
- IV – resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

§ 1º No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.

§ 2º É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.

§ 3º Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições

públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

A elaboração e a redação do laudo pericial são de responsabilidade do perito que estiver atuando no caso. Esse perito apresentará, mediante um padrão próprio, pelo menos os seguintes elementos:

- Reconhecimento do processo e das partes envolvidas. Desse modo, apresenta o número do processo, a vara em que o mesmo tramita, o nome das duas partes, sendo uma a autora e a outra a ré, e o tipo de ação;
- Apresentação do objeto da perícia; Investigação e análise técnica ou científica que foi aplicada pelo perito;
- Designação do critério escolhido, explicando e mostrando ser preponderantemente aceito por especialistas da área de conhecimento da qual teve origem;
- Retorno decisivo, ou seja, demonstração das respostas de maneira clara e objetiva;
- Apontamento de todos os procedimentos e ações usadas pelo perito na busca por informações necessárias para o desenvolvimento do laudo pericial contábil;
- Reprodução dos quesitos, de modo esclarecedor;
- Conclusão, mediante o laudo pericial contábil ou ainda com documentações auxiliares. O profissional de nenhum modo deve demonstrar sua opinião pessoal.

Fica vedado ao perito se estender, ele também não deve emitir opiniões próprias que ultrapassem o exame técnico ou científico da matéria da perícia.

Os requisitos para elaboração do laudo pericial são:

- Objetividade;
- Técnica e criteriosidade;
- Exatidão e brevidade;
- Argumentação;
- Transparência;

Apesar dessas informações precisarem estar presentes em qualquer laudo, não existe um modelo obrigatório que deve ser feito pelos peritos. Cada perito contador ou empresa responsável pelo processo, pode elaborar seu padrão, contanto, que esteja completo e seja de fácil entendimento por parte do juiz.

Segue abaixo um exemplo de Laudo Pericial:

VANESSA CRISTINA QUINTEIRO

Perito (a) Contador (a)

CPF 080.020.506-11

CRC-MG 012345/O-3

LAUDO PERICIAL

VANESSA CRISTINA QUINTEIRO

CRC/MG – 0012345/0-3

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE POÇOS DE CALDAS

1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POÇOS DE CALDAS

PROCESSO: 005.123-46

AÇÃO: DIVERGÊNCIAS DE CÁLCULOS TRABALHISTAS.

DATA DE ENTREGA DO LAUDO: 19 de junho de 2020.

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE POÇOS DE CALDAS

PROCESSO Nº 005.123-46.

Processo Nº:005.123-46

Autor/Requerente: Sra. Angélica Leandro Hernandes

Réu/Requerido: Empresa Bombril

VANESSA CRISTINA QUINTEIRO, Contadora registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais sob nº CRC 1MG 012345/0-3, perito contábil nomeado por esse E. Tribunal, nos autos do Processo nº005.123-46, após ter cumprido as devidas diligências, verificado e examinado o que era necessário e estava disponível, procedimento exigido para o fiel cumprimento do honroso mandato, apresenta o resultado de seu trabalho, consubstanciado no seguinte **Laudo Pericial Contábil**.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. OBJETO E FINALIDADE DA PERÍCIA

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

4. DILIGÊNCIAS REALIZADAS

5. QUESITOS FORMULADOS E RESPOSTAS DA PERÍCIA

5.1 – INTRODUÇÃO

5.2 – QUESITOS E RESPOSTAS

6. CONCLUSÕES

6.1 – CONCLUSÕES SOBRE ALEGAÇÕES E PEDIDOS

7. TERMO DE ENCERRAMENTO

1- INTRODUÇÃO

Dando prosseguimento ao Processo nº 005.123-46, vem a perícia através do presente Laudo Contábil, apresentar a seguir à apreciação, suas considerações a respeito do desenvolvimento dos trabalhos e da metodologia empregada, as respostas aos quesitos formulados pelas partes anteriormente identificadas, os aspectos julgados relevantes e as conclusões resultantes.

2. OBJETO E FINALIDADE DA PERÍCIA

O presente trabalho tem por objetivo responder aos quesitos, para esclarecer os conflitos e dúvidas que possam haver entre as partes e auxiliar a tomada da decisão, constituindo-se do conjunto de procedimentos técnicos necessários destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários à solução do litígio, na forma de Laudo Pericial, em conformidade com as normas aplicáveis e a legislação específica pertinente.

Foi realizado um planejamento e um estudo prévio do processo, para que fosse possível ter conhecimento do conteúdo e das abordagens dadas pelos quesitos das partes, permitindo e facilitando o exame dos documentos necessários. Foi realizada diligência para solicitação de documentos e informações, dirigida à EXEQUENTE Sra. Angélica Leandro Hernandez, solicitando planilhas com a indicação dos cálculos trabalhistas, documentos internos, além das normatizações e outras determinações legais adotadas pela exequente no enquadramento do referido contrato, onde a mesma requer revisão sobre divergências de cálculos trabalhistas.

A finalidade da perícia foi a produção de respostas a todos os quesitos formulados pelas partes, buscando orientar sobre a decisão arbitral quanto aos reclamos das partes, assim como trazer as observações pertinentes e os aspectos e comentários técnicos que, na visão contábil, possam contribuir para um melhor entendimento para que as questões sejam resolvidas da melhor maneira possível.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia de trabalho adotada pela perícia contábil empregou plenamente todos os procedimentos técnicos sumarizados na Norma Brasileira de

Contabilidade – NBC T 13 – Da Perícia Contábil, aprovada pela Resolução nº 858, de 21 de outubro de 1999, do Conselho Federal de Contabilidade.

As etapas de trabalho percorridas pela perícia serão as seguintes:

- Leitura e compreensão dos fatos;
- Planejamento detalhado das ações para o desenvolvimento e conclusão dos trabalhos;
- Diligências às sedes das entidades litigantes (Sede da Bombril) para debates, esclarecimentos, investigações e coleta de dados, informações e documentos;
- Pesquisas, análises e estudos dos documentos;
- Respostas específicas aos quesitos formulados pelas partes;
- Elaboração do laudo pericial contábil, circunstanciado e conclusivo.

4- DILIGÊNCIAS REALIZADAS

As diligências à sede da empresa Bombril foram realizadas com o acompanhamento dos Assistentes Técnicos nomeados pelas partes e formalizadas através dos seguintes documentos citados abaixo, para caracterizar as solicitações de esclarecimentos e evidências documentais requeridas:

- 1º Termo de Diligência a Sede da Empresa Bombril– 30/05/2020;
- 2º Termo de Diligência a Sede da Empresa Bombril – 07/06/2020;

Com os trabalhos realizados através das pesquisas necessárias em vários documentos, a perícia e os Assistentes Técnicos acordaram o estabelecimento de canais diretos de esclarecimentos, solicitações, remessas de documentos e discussões, através do uso de mensagens eletrônicas, telefonemas e visitas às empresas envolvidas.

5- QUESITOS FORMULADOS E RESPOSTA DA PERÍCIA

5.1 – INTRODUÇÃO

Em decorrência da não existência de quesitos, estabelecidos pelos Exmos. Srs. Drs. Árbitros do Tribunal da 1º Vara Cível da Comarca de Poços de Caldas, esta seção do laudo pericial contábil apresenta as respostas demandadas para cada um dos quesitos formulados.

Temos que ressaltar que dada à natureza e as características das questões elaboradas, parte considerável das respostas requer a apresentação de planilhas e cálculos antigos, assim como a apresentação de novos documentos, ou mesmo

de outros, que já haviam sido apresentados antes, mas por entender como um forte recurso didático para entendimento das respostas, a perícia repetiu tal ato.

5.2 – QUESITOS E RESPOSTAS – EMPRESA BOMBRIL

Manifeste-se o Sr. Perito quanto aos aspectos descritos abaixo. Pede-se que ao menos que for especificamente indicado ocorra a aplicação de juros e correção monetária dos Cálculos Trabalhistas.

- Quanto ao não pagamento pelo tempo de serviços prestados na Empresa Bombril.
- ★ Considerando os cálculos trabalhistas de prestação de serviços da sra Angélica Leandro Hernandez empresa. A empresa Bombril solicita a manifestação do Sr(a) Perito(a):

→ Resposta:

Analisando as informações que constam nas planilhas e documentos que foram citados, houve uma conferência de cálculos com os que foram apresentados pela empresa Bombril, onde os dois valores estão corretos pois possuem os mesmos valores. Nenhuma divergência foi encontrada nos documentos da empresa que foram analisados.

6. CONCLUSÕES

A seguir, são apresentadas as conclusões relevantes decorrentes dos trabalhos periciais.

6.1 – CONCLUSÕES SOBRE ALEGAÇÕES E PEDIDOS DA SRA. ANGÉLICA LEANDRO HERNANDES.

Segundo cálculos realizados e conferências de vários documentos, não houve nenhuma perda salarial.

7. TERMO DE ENCERRAMENTO

Nada mais tendo para acrescentar, encerro este trabalho constituído de 6(seis) laudas, digitadas de um só lado, sendo todas rubricadas e esta última assinada.

Poços de Caldas, 18 de junho de 2020.

VANESSA CRISTINA QUINTEIRO

CONTADORA CRC IMG 012345/0-3

2.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

ERP é a sigla para Enterprise Resource Planning. De maneira geral, os softwares ERP são sistemas que integram departamentos e setores, eliminando falhas na comunicação e diminuindo a possibilidade de erros.

Com o uso de um sistema de gestão ERP é possível controlar contas a pagar e a receber, gerar relatórios de vendas, controlar o pagamento de impostos, analisar metas e performance dos setores. Assim, o software de gestão ERP abrange diversas áreas, como financeiro, vendas, operacional, recursos humanos, planejamento, marketing, jurídico, contabilidade, atendimento ao cliente.

A grande vantagem do sistema de gestão ERP é a possibilidade de os gestores tomarem decisões mais assertivas. Existem outros benefícios que devem ser levados em consideração, entre eles:

- **Redução de custos** - Os sistemas de gestão ERP auxiliam na redução de custos por evitarem o desperdício de matérias-primas e outros materiais, além de diminuir gastos com mão de obra, erros, falhas e retrabalhos;

- **Otimização da Produtividade-** A redução de custos leva também à otimização da produtividade, porque os processos são organizados e as operações rotineiras são automatizadas. Assim, cada colaborador e cada gestor sabe o que precisa fazer e qual a melhor forma de realizar os processos para atingir os melhores resultados;
- **Redução do prazo de entrega de produtos e serviços-** A melhoria e o aumento da produtividade impactam diretamente na redução do prazo de entrega de produtos e serviços. Isso também está relacionado a um controle maior do estoque, o que evita que a produção de determinado produto fique parada por falta de matéria-prima;
- **Eficiência nos processos de suprimentos-** O controle de estoques e de matéria-prima facilita todo o processo de fabricação de produtos. Como o ERP integra as informações de diversos departamentos, é possível estimar o estoque necessário para determinado período, reduzindo a necessidade de manter muitos produtos em estoque;
- **Melhoria da Gestão Tributária-** O Brasil é um país com uma alta tributação, sendo assim, as empresas precisam adotar estratégias para diminuir os custos com impostos. Com a implantação do sistema de gestão ERP, pode-se automatizar a controladoria, reduzindo falhas relacionadas ao Fisco, a multas e a outros gastos;
- **Segurança da Informação** - A adoção do sistema de gestão ERP garante mais segurança nos dados, já que a integração de informações evita extravios e fraudes;
- **Melhoria na Competitividade** - Todos os benefícios elencados resultam em melhoria na competitividade, já que a empresa pode se focar na qualidade dos produtos e serviços. Isso é possível devido aos processos que já estão seguros, padronizados e sincronizados;

Nos dias atuais a Tecnologia da Informação está tendo um papel muito importante no crescimento da sociedade. Esse novo contexto social sobre o desenvolvimento da tecnologia, transmissão de conhecimentos, são pontos chaves na definição da inclusão digital, fenômeno que modificou a organização e comunicação da sociedade. Uma área relativamente nova que teve origem neste processo, é a tecnologia da informação (TI).

Além dos conhecimentos técnicos, o profissional de TI, e todas as áreas devem apresentar também competências humanas, para lidar com os clientes da empresa, como

cordialidade, honestidade, respeito e dignidade. Diante deste cenário analisar o comportamento e conduta ética dos profissionais que lidam com a Tecnologia da Informação se tornou importantíssimo. Fazem parte das obrigações do profissional de TI, assegurar a privacidade e proteção das informações, sejam elas organizacionais ou dos clientes; garantir a segurança destas informações; conhecer a legislação que regulamenta suas atividades profissionais e da empresa em que trabalha; mas sobretudo, ter bom senso ao utilizar recursos da empresa.

O comportamento ético do profissional de TI ao manusear informações e, ao mesmo tempo, ter em mente o direito à privacidade do ser humano serão o diferencial que norteará sua conduta. Faz-se necessário a identificação das questões éticas, e o conhecimento mais aprofundado sobre o comportamento humano e seus desdobramentos, avaliando atitudes para que se possam encontrar soluções que atendam estes problemas de forma eficiente.

As mudanças tecnológicas também acarretam modificações no comportamento dos indivíduos, e cabe aos gerentes estabelecer políticas éticas, implementá-las e conscientizar a todos os envolvidos da importância e responsabilidade que possuem para o bom funcionamento da organização. A integridade de quem trabalha nessa área assim com em qualquer outra, de acordo com o contexto apresentado, deve ser empregada em todos os seus atos, tendo em vista à segurança, o respeito e a dignidade das pessoas envolvidas no processo desenvolvido.

3. CONCLUSÃO

O nosso Projeto Integrado teve um papel muito importante para a compreensão do conteúdo estudado neste semestre do curso de Ciências Contábeis, pois podemos sentir um pouco na prática como vamos proceder em nossa profissão. Desenvolvemos um trabalho em equipe, onde cada um fez sua parte, contribuindo assim para a conclusão do trabalho.

Nós tivemos um pouco de dificuldade para criação do Laudo Pericial, pesquisamos e montamos um modelo de Laudo, baseado em exemplos vistos na internet.

Escolhemos a Bombril, pois é uma empresa muito comprometida com seus clientes e funcionários, procurando sempre agir com objetividade e clareza, o que contribuiu muito para seu sucesso.

Foram abordados vários assuntos no decorrer do curso, mas em nosso projeto trabalhamos com os seguintes temas: Avaliação de empresas, Práticas de Auditoria e Perícia, Auditoria Contábil, Perícia e Arbitragem Contábil e Gestão da Tecnologia de Informação, que estão presentes no dia a dia de uma empresa.

A Auditoria e Perícia por exemplo, são muito importantes para a sociedade, cada uma com seu papel e propósito. A auditoria auxilia as empresas ao indicar diretrizes para cumprimento de normas, legislação e controles internos através da análise dos documentos fornecidos e avaliação da empresa. Além disso, pode sugerir melhorias diante das evidências, experiências e conhecimento da empresa analisada, ocasionando até mesmo redução de custos e melhoria de processos. A auditoria surgiu como ferramenta eficaz para examinar a contabilidade das empresas e confirmar ou desmentir a veracidade das informações contidas nos registros e demonstrações contábeis e evitar fraudes ou erros nessas contas, além de auxiliar os gestores dessas organizações nas tomadas de decisões. Seu objetivo sobre as demonstrações, é expressar uma opinião sobre a propriedade das mesmas e, se representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondente aos períodos em exames, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

Já a perícia auxilia o juiz na busca da verdade sem interferência da vontade das partes, ou seja, ajuda a fazer justiça. O perito deve buscar elementos de prova que garantam 100% a efetividade da decisão relatada no laudo, não trabalha com probabilidades ou amostragens. Além disso, o laudo pericial não é divulgado e interessa somente às partes envolvidas e ao juiz.

Outro tema abordado que está tendo um papel muito importante em uma empresa é a Gestão da Tecnologia da Informação, que atualmente está presente no dia-a-dia das organizações, como uma arma eficiente de gestão da informação e de apoio às decisões, gerando um diferencial competitivo no mercado. As Organizações dotadas de Inteligência Empresarial, estrategicamente apoiadas pela Tecnologia da Informação (TI), certamente estarão à frente no mundo dos negócios

O Projeto Integrado contribuiu para o aprimoramento de nossos conhecimentos, principalmente em Auditoria, onde aprendemos desde o conhecimento das normas atuais até a aplicação da prática, ampliando assim os conhecimentos adquiridos nas aulas online na UNIFEOB.

4. REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Administradores.com.

Disponível em:

< [administradores.com.br/artigos/a-importancia-da-tecnologia da informação](http://administradores.com.br/artigos/a-importancia-da-tecnologia-da-informacao)> Acesso em: 15 mai.2020.

APURAÇÃO DE HAVERES.Manual de Perícia Contábil. Disponível em:

<www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/apuracao_de_haveres.htm> Acesso em: 02 jun.2020.

ATTIE, W. Auditoria: Conceitos e Aplicações, Atlas.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato15-2018/2015/lei/L13105.htm#art1046>.

Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Brasília, DF, 2015. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato15-2018/2015/lei/L13105.htm> . Acesso em: 10 jun. 2020.

CAPITAL PRÓPRIO E CAPITAL DE TERCEIROS: O QUE SÃO E QUAL É A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU NEGÓCIO Disponível

em:<weel.com.br/blog/capital-proprio-e-capital-de-terceiros-o-que-sao-e-qual-e-a-melhor-opcao-para-o-seu-negocio/> Acesso 09.mai.2020.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Perícia contábil: a prova a serviço do judiciário. Porto Alegre: CRCRS, 2015.

LAUDO DE AVALIAÇÃO CONTÁBIL-CRITÉRIOS TÉCNICOS. Portal de Contabilidade. Disponível

em:<portaldecontabilidade.com.br/tematicas/laudodeavaliacao.htm> Acesso em:01 jun. 2020.

MARTINS, E. (Org.). Avaliação de Empresas: da mensuração contábil à econômica/FIPECAFI. São Paulo: Atlas

MODELOS DE LAUDOS CONTÁBEIS. Sentença uma Referência em Cálculos.

Disponível em:<www.sentenca.com.br/modelos-laudos-contabeis.php>Acesso em: 01 jun.2020.

MOURA, R. Perícia contábil: judicial e extrajudicial. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

NBC - TA - NORMAS TÉCNICAS DE AUDITORIA INTERNA. Disponível em:< <https://www.cosif.com.br/mostra.asp>>Acesso em 11 mai.2020.

Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Auditoria>> Acesso em 07 jun.2020.

O QUE É APURAÇÃO DE HAVERES.Ponto rh. Disponível

em:<www.pontorh.com.br/que-e-apuracao-haveres/> Acesso em:01 jun.2020.

SÁ, A. L. de. Perícia contábil. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.